

A SITUAÇÃO COLONIAL: ABORDAGEM TEÓRICA*

Por Georges Balandier

Tradução: Bruno Anselmi Matangrano

Um dos eventos mais marcantes da história recente da humanidade é a expansão, pelo globo, da maioria dos povos europeus. Isso provocou a perseguição – quando não o desaparecimento – de quase todos os povos ditos atrasados, arcaicos ou primitivos. A ação colonial, ao longo do século XIX, é a forma mais importante, a mais repleta de consequências, tomada por esta expansão europeia. Ela perturbou brutalmente a história dos povos a ela submetidos, impondo-lhes, ao se estabilizar, uma situação de um tipo bem particular. Não se pode ignorar este fato, que condiciona não somente as reações dos povos “dependentes”, mas explica, ainda, certas reações de povos recentemente emancipados. A *situação colonial* traz problemas ao povo subjugado – que lhes responde na medida em que certo “jogo” lhe é concedido –, à administração que representa a suposta nação tutora (e defende seus interesses locais), ao Estado recentemente criado sobre o qual pesa toda uma inércia colonial. Atual, ou em fase de liquidação, esta *situação* gera problemas específicos que devem provocar a atenção do sociólogo. Este pós-guerra mostrou a urgência e a importância do problema colonial em sua totalidade, caracterizado por empreendimentos difíceis de se reconquistar, por emancipações e concessões mais ou menos condicionais, e anuncia uma fase técnica da colonização dando continuidade à fase político-administrativa.

Há somente alguns anos, uma estimativa aproximada, mas significativa, recordava que os territórios coloniais cobriam, então, um terço da superfície do globo e que setecentos milhões de indivíduos, dentre os dois bilhões da população total, se constituíam de povos subjugados¹. Até bem recentemente, a maior parte da população que não pertencia à raça branca, se excluirmos a China e o Japão, só conhecia um estatuto dependente, controlado por uma das nações europeias coloniais. Estes povos dominados, distribuídos pela Ásia, África e Oceania, pertencem todos às culturas ditas “atrasadas”, ou “sem mecanização” e compõem o campo de pesquisa dentro do qual operaram – e operam – os antropólogos ou etnólogos. E o conhecimento, de caráter científico, que temos dos povos colonizados, permanece devido, em grande medida, aos trabalhos realizados por estes últimos.

* Publicado originalmente nos *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. XI, Paris, p. 44-78, 1951.

¹ R. KENNEDY, “The colonial crisis and the future”, in *The Science of man in the World crisis*, Editions R. Linton, 1945, p. 307.

De tais trabalhos, a princípio, não podiam (ou não deviam) ignorar um fato tão importante, o da colonização, que já há um século, ou mais, impõe certo tipo de evolução às populações subjugadas; parecia impossível que não se levasse em conta as condições concretas nas quais se cumpria a história recente destes povos. Foi, no entanto, de uma maneira bastante desigual que os antropólogos levaram em consideração este contexto preciso que implica a *situação colonial*, e tivemos a ocasião de mostrá-lo em um trabalho atualmente em andamento. De um lado, pesquisadores obcecados em perseguir o etnologicamente puro, o fato inalterado e conservado miraculosamente em seu primitivismo, ou pesquisadores exclusivamente ávidos pela especulação teórica meditando sobre o destino das civilizações ou sobre as origens da sociedade; de outro lado, pesquisadores engajados em múltiplas investigações práticas, e de alcance restrito, contentando-se com um empirismo cômodo quase sem ultrapassar o nível de uma técnica. Entre estes dois extremos, a distância é longa – ela conduz dos confins da antropologia dita “cultural” aos da antropologia dita “aplicada”. De um lado, a situação colonial é rejeitada, posto que perturbadora, ou só é encarada como uma das causas das mudanças culturais; de outro, só é considerada sob alguns de seus aspectos – aqueles que dizem respeito de maneira evidente ao problema tratado – e não aparece atuando enquanto totalidade. Entretanto, todo estudo *atual* sobre as sociedades colonizadas, que visa a um conhecimento da realidade presente e não a uma reconstituição de caráter histórico, que não sacrifica a especificidade em prol da comodidade de uma esquematização dogmática, só pode ser feito pela referência a este complexo que nomeamos *situação colonial*. É isso mesmo que gostaríamos de mostrar. Mas, antes, importa traçar as linhas essenciais que figuram no sistema de referência que acabamos de evocar.

Dentre os trabalhos recentes realizados na França, somente os de O. Mannoni concedem um lugar essencial à noção de *situação colonial*². Mas, preocupado de se manter unicamente sobre o plano psicopsicanalítico, Mannoni apenas dá, a respeito dela, uma definição imprecisa; apresenta-a como uma “situação de incompreensão”, “como um mal entendido”, e, conseqüentemente, analisa os complexos que caracterizam o “colono” e o “colonizado” e que permitem compreender as relações que os dois mantêm³. É insuficiente. O. Mannoni parece reconhecê-lo quando indica que não se deve “subestimar a importância (capital) das relações econômicas”; confessa, por outro lado, ter escolhido voluntariamente um aspecto mal ex-

² O. MANNONI, *Psychologie de la Colonisation*, Editions de Seuil, 1950. Este autor não é, contudo, o criador desta expressão que se encontra em sentidos diversos em obras anteriores; notadamente, nos estudos do sociólogo americano L. Wirth dedicados à *tipologia das minorias*.

³ Tomamos a liberdade de retomar a resenha da obra de O. Mannoni que publicamos nos *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. IX, 1950, pp. 183-6.

plorado da situação colonial. De nossa parte, tomaremos, ao contrário, uma fração da totalidade, tendo em mente que há alguma armadilha em se destacar uma única implicação desta situação.

É possível compreender tal situação, criada pela expansão colonial das nações europeias ao longo do último século, a partir de diversos pontos de vista; são tantas aproximações particulares, tantas luzes orientadas de diferentes maneiras, realizadas pelo historiador da colonização, pelo economista, pelo político e pelo administrador, pelo sociólogo preocupado com as relações entre as civilizações estrangeiras e pelo psicólogo ligado ao estudo das relações raciais, etc. E, parece indispensável, para arriscar uma descrição do todo, examinar aquilo que se pode retirar de cada uma destas contribuições particulares.

O historiador encara a colonização em suas diferentes épocas e em função da nação colonial; ele nos permite compreender as mudanças advindas das relações existentes entre esta e os territórios dependentes e nos mostra como o isolamento dos povos colonizados foi quebrado pelo jogo de uma História sobre a qual estes não tinham nenhum poder; evoca as ideologias que justificaram, em diversos momentos, a colonização e permitiram a composição do “papel” adotado pelo colono, a distância entre a doutrina e os fatos. Coloca-nos diante dos sistemas administrativos e econômicos que asseguram a “paz colonial” e permitem a rentabilidade (para a metrópole) do empreendimento colonial. Em suma, o historiador nos faz compreender como a presença de uma nação colonial é, ao longo do tempo, inserida no seio das sociedades colonizadas. Agindo assim, fornece ao sociólogo um primeiro e indispensável conjunto de referências, recordando-lhe que a história da sociedade colonizada é feita em função de uma presença estrangeira, ao mesmo tempo em que evoca os diferentes aspectos considerados por esta última.

A maior parte dos historiadores insistiu no fato de que a pacificação, o equipamento e a melhoria dos países colonizados ocorreram “constantemente em relação às nações ocidentais, e não em vista dos interesses locais... deixando para segundo plano (as necessidades) dos produtores autóctones”⁴. Eles mostraram o quanto a absorção, pela Europa, da Ásia, da África e da Oceania, em menos de um século, “transformou, pela força e por reformas frequentemente audaciosas, os contornos da sociedade humana”; quanto tais reviravoltas se tornaram necessárias para “o imperialismo colonial (que) não é senão uma das manifestações do imperialismo econômico”⁵. Lembraram que a exploração econômica se apoia sobre uma tomada de posse política – estes são dois traços característicos do fato colonial⁶.

⁴ L. JOUBERT, “Le Fait colonial et ses prolongements”, in *Le Monde non chrétien*, 15, 1950.

⁵ Ch.-A. JULIEN, “Impérialisme économique et impérialisme colonial”, in *Fin de l'ère coloniale*, Paris, 1948.

⁶ Cf. R. KENNEDY, *op. cit.*, pp. 308-9, e R. GROUSSET, “Colonisations”, in *Fin de l'ère coloniale*.

Assim, os historiadores nos permitem entrever até que ponto a sociedade colonizada é um instrumento de uso da nação colonial. Pode-se destacar uma manifestação desse caráter instrumental na política que consiste em comprometer, concedendo interesses, a aristocracia indígena: “Colocar a classe dirigente em nossos interesses”, dizia Lyautey⁷, reduzir os líderes indígenas ao papel de “simples criaturas”, diz R. Kennedy; e, mais ainda, na política dos deslocamentos da população ou dos recrutamentos de mão de obra que consideram somente as necessidades da grande economia⁸. Recordando certas medidas “audaciosas” – deslocamentos de populações e políticas de “reservas”, transformação do direito tradicional e retomada da discussão da propriedade das riquezas, política de rendimentos, etc. – o historiador chama nossa atenção para o fato de que “a colonização foi, por vezes, uma verdadeira cirurgia social”⁹. E esta indicação, mais ou menos válida de acordo com as regiões e com os povos considerados, é de grande interesse para o sociólogo estudioso das sociedades colonizadas, mostrando que estão, em graus variáveis, em um estado de crise latente, que implicam, em certa medida, uma sociopatologia. Há aí uma indicação preciosa que revela o caráter particular da sociologia dos povos colonizados e sugere os resultados práticos e teóricos que se pode esperar de tal disciplina. Reencontraremos também este importante aspecto em outros momentos de nossa análise.

Mas, depois de ter recordado esta pressão externa que atua sobre as sociedades colonizadas, o historiador nos assinala a diversidade de reações que disso resultam. As dos povos do Oriente, do Islã e da África Negra são frequentemente evocadas nos estudos comparativos. Assim, opõem-se, no nível das generalidades, o “fechamento” das civilizações orientais, apesar das aparências de ocidentalização; as tensas relações com o Islã que não abdica do sentimento de sua superioridade e mantém uma “competição que pode ser silenciosa, velada, mas que habita sempre o fundo do problema”; a “abertura” do mundo negro que se explica pela “disponibilidade africana à imitação”, uma falta de “confiança nas fontes profundas de suas crenças”¹⁰. E, em um caso mais particular, a história da África, continente colonial por excelência, revela diferenças importantes, mesmo no seio da isolada África Negra, da resistência à influência das nações europeias. A história da colonização, depois de termos manifestado a importância do “fator externo” quanto às transformações que afetam as sociedades colonizadas, nos reme-

⁷ Citação do excelente livro de H. BRUNSCHWIG, *La Colonisation française*, Calman-Lévy, 1949.

⁸ Assim, os deslocamentos provocados em favor do Escritório do Níger que deram lugar às mais animadas polêmicas; veja o panfleto de P. HERBART, *Le Chancro du Niger*, com prefácio de André Gide, Gallimard, 1939.

⁹ E. CHANCELÉ, “La Question coloniale”, in *Critique*, nº 35, 1949.

¹⁰ Cf. L. JOUBERT, *op. cit.*, § II.

te à presença de um “fator interno” implicado pelas estruturas sociais e pelas civilizações subjugadas, de modo a conduzir a um nível, no qual o antropólogo reencontra horizontes familiares. Mas, compondo o quadro das diversas reações à situação colonial, ela nos mostra o quanto esta pode desempenhar o papel verdadeiramente revelador, e a colonização aparece como uma prova imposta a certas sociedades ou, se arriscarmos a expressão, como uma experiência sociológica grosseira. Uma análise das sociedades colonizadas não pode esquecer suas condições específicas, que não revelam somente – como o perceberam alguns antropólogos¹¹ – os processos de adaptação e de recusa, as condutas inovadoras nascidas da destruição dos modelos sociais (os *patterns* dos autores anglo-saxões) tradicionais, mas também manifestam os “pontos de resistência” das sociedades colonizadas, as estruturas e comportamentos fundamentais – elas tocam o cerne da questão. Tal conhecimento apresenta um interesse teórico verdadeiro (se considerarmos a situação colonial como um fato relevante de observação científica, independentemente dos julgamentos morais que provoca) e tem uma importância prática real (ela mostra a partir de quais dados fundamentais todo o problema deve ser encarado).

O historiador revela como o sistema colonial se estabeleceu e se transformou, quais foram, de acordo com as circunstâncias, seus diversos aspectos políticos, jurídicos e administrativos e nos permite, também, reconhecer as ideologias que o justificaram¹². Numerosos estudos insistem na discrepância entre os princípios sucessivamente mencionados e a prática, entre a “missão civilizatória” (cujas expressões, sob uma forma particularmente enfática, remonta a Napoleão III) e a *utilidade* desejada que Eugène Etienne, “colonialista oranês”, definiu em 1894 como “a soma de vantagens e de benefícios que devem resultar (de todo empreendimento colonial) para a metrópole”¹³. H. Brunschwig evoca, em sua história da colonização francesa, a longa série de mal entendidos (e mesmo de mentiras) que a marcam. L. Joubert recorda “a discrepância que existia, desde a adoção de fórmulas de responsabilidade civilizatória, entre a teoria e os fatos; a ruptura entre estes dois domínios, ao invés da hipocrisia que justificava por princípios humanitários uma exploração pura e simples”¹⁴. Assim, a situação colonial aparece como portadora, de uma maneira essencial, de um caráter de inautenticidade e procura, constantemente, se justificar por um conjunto de pseudorrazões. R. Kennedy, em seu estudo intitulado *A Crise Colonial e o*

¹¹ Cf. L. P. Mair, “The study of culture contact as a practical problem”, in *Africa*, VII, 4, 1934.

¹² Cf. J. HARMAND, *Domination et Colonisation*, Flammarion, 1910, como exemplo “clássico” de justificação do tipo jurídico.

¹³ Citado em H. BRUNSCHWIG, *op. cit.*, p. 64.

¹⁴ *Op. cit.*, p. 265.

Futuro, mostra como cada característica do “colonialismo” – *color line*, dependência política, dependência econômica, realizações “sociais” quase inexistentes, falta de contato entre os indígenas e a “casta dominante” – se apoia em uma “série de racionalizações”. A saber: a superioridade da raça branca, a incapacidade dos indígenas de se gerir corretamente, o despotismo dos chefes tradicionais, a tentação que teriam os atuais líderes políticos em estabelecer um “bando ditatorial”, a incapacidade dos indígenas de valorizarem os recursos naturais de seus territórios, os medíocres recursos financeiros dos países coloniais, a necessidade de manter o prestígio, etc¹⁵. O sociólogo compreende, em favor de tais indicações, o quanto a sociedade europeia colonial, animada por uma doutrina duvidosa, da qual pode seguir o desenvolvimento histórico, condenada a comportamentos inautênticos, ligada por uma certa imagem do indígena, age, em função destas representações, na sociedade colonizada. Chamamos, algures, a atenção para a importância deste fato¹⁶; não há sociologia dos povos colonizados válida se não se presta atenção às ideologias e aos comportamentos mais ou menos estereotipados que elas suscitam.

O historiador nos recorda como as sociedades coloniais atuais são o produto de uma história dupla; assim, no caso da África, uma propriamente africana – “estas sociedades, tão estáveis, tão imóveis aparentemente, resultaram todas, ou quase todas, da combinação variável dos povos diversos que a história chocou, confundiu, subjugou”¹⁷ – que “colocou (em relação de dominação ou de assimilação) diante de formas sociais homogêneas”, e a outra largamente condicionada pela dominação europeia “que colocou em contato formas sociais radicalmente heterogêneas”¹⁸ e manifesta um movimento de “desintegração” – “três forças desintegraram a África”, escreve Ch. A. Julien, “a administração, as missões, a nova economia”¹⁹. Um estudo atual destas sociedades só pode ser feito situando-as em função desta história dupla. É habitual recordar, de uma maneira esquemática, que a colonização agiu pelo jogo de três forças estreitamente ligadas – associadas historicamente, como o destaca R. Montagne, indicando que “o esforço de evangelização esteve historicamente ligado a uma expansão da Europa, sob a forma comercial, política ou militar”²⁰; vividas como se es-

¹⁵ R. KENNEDY, *op. cit.*, pp. 312-18.

¹⁶ G. BALANDIER, “Aspects de l’évolution sociale chez les Fang du Gabon”, in *Cah. Intern. de Soc.*, volume IX, 1950, p. 82.

¹⁷ R. MONTAGNE, “Le Bilan de l’œuvre européenne au-delà des mers”, in *Peuples d’Outre-Mer et Civilisation Occidentale*, Semaines Sociales de France, 1948.

¹⁸ G. BALANDIER, *op. cit.*, p. 78.

¹⁹ Ch.-A. JULIEN, *Histoire de l’Afrique*, Collection Que sais-je?, Presses Universitaires de France, 1944, p. 123.

²⁰ R. MONTAGNE, *op. cit.*, p. 49.

treitamente atadas por aqueles que subjagam²¹ – a ação econômica, administrativa e missionária; e é em função destes fatores que os antropólogos estudaram habitualmente as “mudanças sociais”. Mas, a fim de caracterizar a colonização europeia moderna e de explicar sua aparição, certos historiadores foram conduzidos a privilegiar um destes aspectos – o fator econômico; “o imperialismo colonial não é senão uma das manifestações do imperialismo econômico”, indica Ch. A. Julien em um artigo dedicado ao tema²². A história conduz, aqui, para outro ponto de vista indispensável à compreensão da situação colonial.

É sobre razões econômicas que a política de expansão constrói, em parte, sua propaganda. P. Leroy-Beaulieu, em 1874, mostrava a necessidade em que a França se encontrava de se tornar uma potência colonial; J. Ferry escrevia, em 1890: “A política colonial é filha da política industrial... a política colonial é uma manifestação internacional das leis eternas da concorrência...”²³. É por razões econômicas que as nações coloniais justificam sua presença – valorização e equipamentos realizados constituem direitos adquiridos – e é às vantagens econômicas que renunciam em último lugar, ainda que tenham aceitado fórmulas mais ou menos reais de independência política. Certas análises dedicadas ao “imperialismo” revelaram, antes mesmo dos estudos dos escritores marxistas, suas características econômicas²⁴. Do ponto de vista marxista, Lênin, foi o primeiro a dar, em sua célebre obra *O Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, uma teoria sistemática. Ch.-A. Julien evoca a parte essencial dessa obra ao recordar que “a política colonial nasce do monopólio, da exportação de capitais e da procura por zonas de influência econômica”²⁵. Sob as formas da colonização ou do protetorado econômico, um marxista encontra uma mesma realidade que, ligada ao capitalismo, deve desaparecer com ele. As ligações estreitas existentes entre o capitalismo e a expansão colonial levaram certos autores não marxistas a comparar a “questão colonial” à “questão social” e a constatar, tal como J. Guitton, “que não são substancialmente diferentes, pois a relação *metrópole-colônia* não é diferente da relação *capital-trabalho*, ou, de maneira mais genérica, daquilo que Hegel chamava de relação *mestre-*

²¹ Cf. notadamente, Pham NHUAM, “Appel”, in *Que pensent les étudiants coloniaux*, Le Semeur, dezembro de 1947, janeiro de 1948.

²² Ch.-A. JULIEN, “Impérialisme économique et impérialisme colonial”, *op. cit.*, p. 25.

²³ P. LEROY-BEAULIEU, *De la colonisation chez les peuples modernes*, 1874, 1ª edição; J. FERRY, prefácio a *Le Tonkin et la Mère-Patrie*, 1890.

²⁴ Cf. A CONANT, *The Economic Basis of Imperialism*, 1898, e J. A. HOBSON, *Imperialism. A Study*, 1902 (cujo valor foi reconhecido por Lênin), ambos citados em Ch.-A. JULIEN, *op. cit.*

²⁵ Ch.-A. JULIEN, *op. cit.*, p. 29. Cf. no que diz respeito à África, FRANKEL, S. H., *Capital investments in Africa*, 1936.

servo”²⁶. Ao destacar a possível identificação “dos colonizados” com o “proletariado”, “trata-se em ambos os casos”, escreve P. Reuter, “de uma população que produz toda a riqueza, excluída de todas as vantagens políticas ou econômicas, e constituída em ‘classe’ oprimida”²⁷. Para um marxista, esta identidade não gera nenhuma dúvida e justifica, politicamente, a ação combinada do proletariado e dos povos coloniais. J. Stalin dedicou diversos estudos à questão colonial e depois de ter mostrado que “o leninismo... destruiu o muro que separava brancos e negros, europeus e asiáticos, escravos ‘civilizados’ e ‘não civilizados’ do imperialismo”, recorda que “a Revolução de Outubro *inaugurou* uma nova época, a época das *revoluções coloniais nos países oprimidos* do mundo, em *aliança* com o proletariado, *sob a direção* do proletariado”²⁸. Os próprios colonizados sublinham o aspecto econômico de sua situação, mais que o aspecto político. Um jornalista africano de Gold-Coast escreve a este propósito: “...as nações cujo poder econômico é preponderante são justamente aquelas cuja influência política predomina... Até hoje, as autoridades não fazem nenhum esforço para encorajar as populações indígenas das colônias a atingirem um nível econômico correspondente a seu avanço político”²⁹. Sem aceitar reduzir a situação colonial unicamente às manifestações econômicas, o sociólogo que se esforça para compreender e interpretar as sociedades colonizadas deve reconhecer a importância de tais indicações, sugerindo-lhe que não são somente os contatos de uma civilização de um tipo técnico e de uma civilização de um tipo primitivo, atécnico, que explicam as estruturas destas sociedades, e recordam-lhe que sociedade colonial e sociedade colonizada têm entre si certas relações (já sublinhamos o caráter instrumental desta última) que implicam tensões e conflitos. Observação que não teria sido inútil ao pensamento teórico de Malinowski. Quando o célebre antropólogo estabeleceu a doutrina de uma “antropologia prática”, ele afirmou que um controle “sábio” das forças de mudança “pode assegurar um desenvolvimento normal e estável”³⁰ e este não reconhecimento do caráter radicalmente conflituoso o conduziu, segundo um comentador, a colocar os problemas em “termos os mais ingênuos”³¹.

²⁶ J. GUITTON, “Crises et valeurs permanentes de la Civilisation occidentale”, in *Peuples d’Outre-Mer et Civilisation Occidentale*, p. 61.

²⁷ P. REUTER, “Deux formes actuelles de l’impérialisme colonial: protectorat économique et pénétration communiste”, in *Peuples d’Outre-Mer...*, p. 142.

²⁸ J. STALIN, *Le Marxisme et la question nationale et coloniale*, edição francesa, Editions Sociales, 1949, pp. 179 e 247.

²⁹ *The African Morning Post*, 2 de junho de 1945, citado em *Univers*, “L’Avenir de la colonisation”, outubro de 1945.

³⁰ B. MALINOWSKI, *The Dynamics of Culture Change*, Yale University Press, 1945.

³¹ Cf. uma excelente análise de M. GLUCKMAN, “Malinowski ‘functional’ analysis of social change”, in *Africa*, XVII, 2 de abril de 1947.

O aspecto econômico da situação colonial foi evocado, em suas generalidades, por certos antropólogos ou certos geógrafos especializados em países tropicais. R. Kennedy, em um estudo já citado, indica as principais características disso³²: a procura, pelas nações coloniais, de matérias-primas destinadas a alimentar as indústrias metropolitanas – o que explica o medíocre equipamento industrial dos territórios coloniais (quando não é inexistente)³³; a exploração em grande escala, o comércio de importação-exportação se encontrando unicamente nas mãos das “empresas” que sozinhas tiram proveito disso³⁴; a “distância” que separa a sociedade colonial e a sociedade colonizada (reduzida essencialmente às atividades campestres, àquelas do operário não qualificado e do empregado doméstico) que explica a dificuldade do indígena “em ascender economicamente”, a estagnação econômica das massas indígenas.

Dentre os trabalhos de língua francesa, aqueles dedicados à Indochina (na verdade, os únicos de real importância) são particularmente precisos; são a obra dos geógrafos Ch. Robequain e P. Gourou³⁵ (e isso é bem significativo desta fuga do atual que caracterizou a etnologia francesa). Os “camponeses” representam de 90 a 95% da população indochinesa, e é essencialmente sobre os problemas do campesinato que estão centrados os estudos. Para além da importância concedida, primeiro, aos meios técnicos (que não foram, ou pouco foram, melhorados para a nação colonial), é sobre o fenômeno da decomposição da propriedade fundiária³⁶ do “desapossamento da terra”, causando proletarianização e desenraizamento, que os autores insistem. Também, a indicação, paralelamente a este movimento, da constituição de uma burguesia (de origem agrária essencialmente) que nasceu, “como o proletariado, do contato com a civilização ocidental e com o enfraquecimento dos valores tradicionais” e cujo crescimento provém quase sempre “da exploração do arrozal e do sistema de empréstimos de dinheiro ao qual se encontra ligado”³⁷. As observações feitas quanto ao comércio (um comércio indígena, dividido em múltiplos estabelecimentos de pouca importância, enquanto o grande comércio e a exportação estão nas mãos dos europeus ou de estrangeiros, chineses, hindus) e à indústria (estagnação da in-

³² R. KENNEDY, *op. cit.*, p. 309-11.

³³ Cf. L. DURAND-RÉVILLE, “Le Problème de l’industrialisation des territoires d’Outre-mer”, in *Le Monde non Chrétien*, 13, janeiro-março de 1950, no qual este aspecto é sugerido e no qual o autor, um parlamentar do Gabão, evoca as mudanças que se fizeram necessárias pela última guerra ao mesmo tempo que as necessidades atuais.

³⁴ No que diz respeito à África francesa, retomamos os estudos capitais feitos pelo geógrafo Jean Dresch.

³⁵ Cf. notadamente, Ch. ROBEQUAIN, *L’Évolution économique de l’Indochine française*, Paris, 1940, e P. GOUROU, *L’Utilisation du sol en Indochine française et Les Pays Tropicaux*, Paris, 1948.

³⁶ Cf. para um estudo global dedicado a este fenômeno o livro de V. LIVERSAGE, *Land tenure in the colonies*, 1945; citado por P. NAVILLE, *La Guerre du Viet-Nam*, 1949.

³⁷ Cf. Ch. ROBEQUAIN, *op. cit.*

dústria existente e falta de indústrias de transformação, fraco crescimento da população operária – desde 1890, o crescimento médio anual do número de operários foi de dois mil e quinhentos, segundo Ch. Robequain, baixo nível de qualificação técnica, etc) confirmam o esquema geral estabelecido por R. Kennedy. É a partir de tais dados que P. Naville pôde fornecer, de um ponto de vista estritamente marxista, uma análise precisa das condições econômicas e políticas da revolução vietnamita³⁸.

Os trabalhos relativos à África, Central e do Sul sobretudo, revelam fatos da mesma natureza. São essencialmente a obra dos antropólogos anglo-saxões preocupados, e com razão, com a “practical anthropology”. A situação criada, na África do Sul, pela minoria europeia é bem conhecida: segregação territorial imposta pelo *Native land act*, de 1913 (as *native areas* são constituídas por apenas 12% da superfície total da União), segregação social legalizada pelo *Colour bar act*, de 1926, que reduz os trabalhadores negros somente às funções de operários não qualificados, participação medíocre dos negros na renda nacional (representando 69% da população, eles só retêm 20% da renda nacional, enquanto os brancos, que formam 21% da população, compartilham 74% desta renda), bases raciais e racistas dadas à organização econômica e política, contradições profundas de uma política que organiza a segregação – os brancos temem ser sobrepujados pelos negros –, ao mesmo tempo em que ela deve “mobilizar o máximo de mão de obra indígena”³⁹, e provocar, em consequência, o êxodo rural causando “proletarização” e “destribalização”. A situação particular – em alguma medida caricatural – da África do Sul nos mostra o quanto os aspectos econômicos, políticos e raciais estão estreitamente ligados⁴⁰ e o quanto um estudo atual dos povos da União só pode ser feito em função de tudo isso. Apreendemos, então, esta necessidade imperiosa de considerar a *situação colonial* como um complexo, uma totalidade.

Os antropólogos anglo-saxões deram um lugar importante aos fatos econômicos considerados como uma das principais “forças” causadoras do “culture change”. Monica Hunter, em sua célebre obra *Reaction to conquest*, estuda as transformações ocorridas na sociedade Pondo (África do Sul) em função do fator econômico, em primeiro lugar, e do fator político (“que é, historicamente, de origem econômica, independentemente do que podem dizer os não marxistas”), em segundo. Mas estes estudos, que já são numerosos mesmo considerando somente o âmbito africano⁴¹, são conduzi-

³⁸ P. NAVILLE, *La Guerre du Viet-Nam*, Paris, 1949; cf. notadamente, “La Politique française en Cochinchine”, “La Bourgeoisie cochinchinoise”, “Les Paysans annamites et la Révolution”, “Le Développement de la classe ouvrière et de l’industrie”.

³⁹ J. BORDE, “Le Problème ethnique dans l’Union Sud-Aricaine”, in *Cahiers d’Outre-Mer*, n° 12, 1950, excelente visão do todo e bibliografia.

⁴⁰ C. W. G. BALLINGER, *Race and Economics in South Africa*, 1934.

dos unicamente em relação à economia e à organização social “primitivas”, em função das perturbações trazidas pela economia “moderna” e pelos problemas que estas colocam. Falta-lhes se referir à economia colonial, à situação colonial, de ter o senso de uma reciprocidade de perspectivas existente entre sociedade colonizada e sociedade colonial. Os trabalhos inspirados por Malinowski apresentam estes defeitos ao máximo, evocando somente o resultado do “contato” entre “instituições” de mesma natureza, quase sem exceder a simples descrição das transformações e a enumeração dos problemas. Isso explica que estejam ligados sobretudo aos aspectos rurais, às transformações que afetam o povoado e a “família”, ao problema do despovoamento rural. Quanto a isso, eles construíram esquemas significativos de “culture change”: destruição da unidade econômica da “família”, predominância de valores econômicos, emancipação das gerações jovens, instalação de uma economia monetária que perturba as relações pessoais, atinge às hierarquias tradicionais (a riqueza e o estrato social não estão mais sempre ligados), etc. Certas pesquisas particulares – como aquelas relativas aos níveis de vida⁴² – foram desenvolvidas, mas fatos importantes como os novos modos de agrupamento nascidos da desorganização dos grupos tradicionais, o aparecimento das classes sociais, as características e o papel do proletariado, etc., só são evocados em termos muito gerais e os conflitos que implicam são raramente analisados⁴³.

Entretanto, é a estes últimos aspectos que os estudos inspirados, antes de tudo, pela situação da crise das sociedades colonizadas e por suas implicações políticas e administrativas, concedem um lugar importante. A esse respeito, as constatações feitas pelo observador marxista podem se somar àquelas feitas pelo alto funcionário colonial. Ambos, por razões diferentes, trazem sua atenção para os fatos da degradação rural, de desenvolvimento crescente do proletariado colonial e para os antagonismos com que são relacionados. No que concerne a África do Norte e a África Negra francesas, tomamos a liberdade de retomar dois estudos gerais que se complementam ou se confirmam, o do geógrafo J. Dresch e o do alto comissário R. Delavignette⁴⁴. Os movimentos complementares de desapossamento (“730.000 famílias rurais são totalmente desprovidas de terras e devem ser consideradas como indigentes”, escreve J. Dresch), de

⁴¹ Citamos, para a África do Sul (I. Schapera, M. Hunter), para a África do Leste (L. P. Mair, Audrey Richards, M. Read, M. Gluckman), para a África do Oeste (M. Fortes, D. Forde, K. L. Little) como autores de importantes trabalhos.

⁴² Cf. M. READ, *Native standards of living and African culture change*, Londres, 1938.

⁴³ K. L. LITTLE, “Social change and social class in the Sierra-Leone Protectorate”, in *American Journal of Sociology*, 54, julho de 1948. Importante estudo.

⁴⁴ J. DRESCH, “La Prolétarianisation des masses indigènes en Afrique du Nord”, in *Fin de l'ère coloniale?*, op. cit., pp. 57-69, e R. DELAVIGNETTE, “Les Problèmes du travail: Paysannerie et Prolétariat”, in *Peuples d'Outre-Mer et Civilisation Occidentale*, pp. 273-91.

“desenraizamento” da população rural e de proletarização, que se mede pelo crescimento acelerado dos centros urbanos, são explicados no âmbito das condições locais. Por outro lado, a atenção é voltada para as características próprias do proletariado colonial: “Os indígenas da África do Norte se tornam proletários, mas proletários operários sem qualificação, proletários coloniais, julgados igualmente bons e inaptos a todos os empregos, a serviço de uma economia elementar e especulativa, ameaçada pelas crises que provocam alternadamente a seca e as variações dos preços das matérias primas” (J. Dresch). O proletariado “é o veículo do racismo, ele dá à luta das classes uma violência extraordinária ao misturá-la com a luta de raças” e, diante desta ameaça, aparece a tentação de “certos europeus” “de conservar, o máximo de tempo possível, o campesinato em um estado primitivo que (como eles creem) não vai criar problemas” (R. Delavignette). Com tais indicações, mostram a qual ponto a sociedade colonizada, sob um aspecto urbano bem como um aspecto rural, e a sociedade colonial formam um conjunto, um sistema; e a necessidade de todo estudo de um só elemento se referir ao conjunto. Chamam a atenção também para os antagonismos que se manifestam em seu seio em função de uma estruturação por classes que se afirma em detrimento das estruturas sociais tradicionais, para conflitos que só se explicam no âmbito da situação colonial. Por outro lado, a noção de “crise” está no centro destas preocupações (“uma crise que atinge uma sociedade abalada e pouco a pouco destruída”, escreve J. Dresch); fazem com que encontremos, privilegiando-o, exagerando-o talvez, este aspecto patológico das sociedades colonizadas que destacamos.

Insiste-se, frequentemente, por outro lado, sobre o papel do aparelho administrativo e judiciário encarregado de assegurar esta dominação, e um certo crítico, depois de ter denunciado a “arbitrariedade”, evoca a ação de uma organização “que separou os povos de mesma origem étnica, de mesmo estrato social e os aproximou de etnias e de estratos sociais diferentes...”⁴⁵. A arbitrariedade da divisão entre nações coloniais e seus recortes administrativos culmina – ou visa a – em fragmentar etnias importantes, em romper toda unidade política de alguma envergadura, em reunir artificialmente grupos étnicos diferentes ou antagonistas. Certos movimentos recentes dos povos colonizados se explicam como uma reação a tal estado das coisas, como a manifestação de uma vontade de unificação. Apenas para a África Negra do Oeste, podemos evocar: as reivindicações unitárias dos Ewé (divididos entre o Togo francês e o Togo britânico), as tentativas de federalismo tribal no sul do Camarões, o desejo, mais ou menos explícito, de reagrupamento manifestado pelas igrejas negras – conhecidas pelo nome de *Quimbanguismo* – agindo no país Bacongo (no Congo belga e no Congo

⁴⁵ G. D'ARBOUSSIER, “Les Problèmes de la Culture”, in *Afrique Noire*, número especial de *Europe*, maio-junho de 1949.

francês). Esta “balcanização” mantida ou criada, as inimizades ou rivalidades entre grupos étnicos mantidas ou derivadas para fins administrativos, impuseram-lhes, no âmbito da situação colonial, uma história particular, cujo conhecimento é indispensável a toda análise sociológica. E um estudo recente dedicado aos malgaxes pode mostrar como esta vontade de atingir o grupo (por medo de impor-se a questão nacional) acompanha frequentemente a vontade de atingir sua história (por medo de deixá-la justificar “o orgulho de ser malgache, e assim o nacionalismo”, escreve o autor⁴⁶). Encontramos, aqui, o domínio das ideologias várias vezes evocadas: esta perversão da história atinge a memória coletiva que reage por repercussão; e vê-se a importância que podem apreender de tais fatos no esforço de compreensão dos povos colonizados.

Em função destes primeiros dados, torna-se mais fácil situar, e apreciar, as contribuições da sociologia e da psicologia social aplicadas às sociedades coloniais e colonizadas. Em uma obra recente, dedicada às “colônias”, E. A. Walcker chamava nossa atenção para o fato de que estas constituem “sociedades plurais”⁴⁷. Ele especifica que a “colônia” (sociedade global) “se compõe de modo geral de um número de grupos mais ou menos conscientes de sua existência, frequentemente opostos uns aos outros pela cor, e que se esforçam para levar vidas diferentes nos limites de um único âmbito político”. E Walcker acrescenta: estes “grupos que falam línguas diferentes, têm uma alimentação diferente, se dedicam com frequência a ocupações diferentes que lhes são designadas pela lei ou pelo costume, vestem-se com roupas diferentes... vivem em diferentes tipos de habitações, valorizam tradições diferentes, adoram deuses diferentes, mantêm ideias diferentes sobre o bem e o mal. Tais sociedades não são comunidades”. A estes elementos, acrescenta uma observação útil à nossa análise escrevendo, a propósito da *colour-bar*, que “traduz um problema mundial das minorias em termos tropicais, com a diferença de que, em quase todas as colônias, a classe inferior constitui a maioria”.

Estas observações podem fornecer um ponto de partida. O interessante não é a observação sobre o pluralismo (característico de toda sociedade global), mas a indicação de seus traços específicos: a base racial dos “grupos”, sua heterogeneidade radical, as relações antagonistas que mantêm e a obrigação na qual se encontram para coexistir “nos limites de um

⁴⁶ O. HATZFELD, “Les Peuples heureux ont une histoire. Étude malgache”, in *Cahiers du Monde non chrétien*, 16, 1950.

⁴⁷ *Les Colonies, passé et avenir*, capítulo intitulado “Colonies tropicales et sociétés plurales”.

único âmbito político”. Inversamente, a atenção dedicada à sociedade colonial, enquanto minoria (numérica) dominante, é importante. H. Laurentie definiu “colônia”, por outro lado, em um estudo de aspecto essencialmente político, como “um país onde uma minoria europeia se sobrepôs a uma maioria indígena de civilização e comportamento diferentes. Esta minoria europeia age sobre os povos autóctones com um vigor desproporcional ao número; ela é, por assim dizer, extremamente contagiosa e, por sua natureza, deformadora”⁴⁸. Esta “minoria” ativa, e deformadora, assenta sua dominação sobre uma superioridade material incontestável (ela se impõe à civilizações não-tecnológicas), sobre um estado de direito estabelecido por sua vantagem, sobre um sistema de justificativa de base mais ou menos racial (e, para alguns autores, como R. Maunier, o fato colonial é, primeiro, um “contato” de raças). Ela está tão mais reativa que fica melhor enraizada e rebelde à fusão e se sente ameaçada pela pressão demográfica dos homens de cor: assim, na África do Sul, a população branca “começa a ver em sua situação um problema de minoria, enquanto que os negros veem na sua um problema colonial e de tutela”⁴⁹, assim como na África do Norte. Este fato – “começa a ver em sua situação um problema de minoria” – é interessante; ele nos lembra justamente que esta minoria numérica não é uma minoria sociológica e que ela só pode se tornar uma por uma reviravolta da situação colonial.

Esta observação já havia sido feita por alguns sociólogos. L. Wirth, definindo o que é uma minoria e estabelecendo uma tipologia das minorias, insistiu sobre este ponto: “o conceito não é de ordem estatística”, e dá o exemplo dos negros que vivem no Sul dos Estados Unidos e que são, em alguns estados, numericamente majoritários e que, ainda assim, não deixam de constituir uma minoria “enquanto socialmente, politicamente e economicamente subordinados”, o exemplo da situação criada pela expansão colonial das nações europeias que enquadram os brancos em “grupos dominantes” e os povos de cor em “minorias”⁵⁰. O volume de um grupo não é suficiente para torná-lo uma minoria, ainda que “possa ter efeitos quanto ao estatuto e quanto às relações com o grupo dominante”. O caráter de minoria é uma maneira de estar na sociedade global e implica essencialmente a relação de dominado a dominante. Constantemente, encontramos tal relação ao longo da análise precedente; evocando a sociedade colonizada como um “instrumento” para uso da nação colonial (perspectiva histórica), as re-

⁴⁸ H. LAURENTIE, “Notes sur une philosophie de la politique coloniale française”, in número especial de *Renaissances*, Outubro de 1944.

⁴⁹ J. BORDE, “Le Problème ethnique dans l’Union Sud-Africaine”, *op. cit.*, p. 320.

⁵⁰ L. WIRTH, “The problem of minority groups”, in *The Science of man in the World crisis*, pp. 347-72. Sobre este tema, do mesmo autor, veja: *The present position of Minorities in the United States*.

lações de explorador e explorado, a afinidade estabelecida entre “a relação metrópole-colônia e a relação capital-trabalho” (perspectiva econômica), as “relações de dominação e de submissão” (perspectiva política). Este caráter de minoria (no sentido sociológico do termo) pertencente à sociedade colonizada nos mostra bem o quanto esta deve ser encarada em função dos outros grupos que compõem a colônia – necessidade que havíamos recordado, indicando, diversas vezes, a obrigação de se considerar a sociedade colonizada e a sociedade colonial em perspectivas recíprocas. Mas isto não indica em que a sociedade colonizada se distingue das outras minorias (os negros americanos, por exemplo), colocadas em situações diferentes. Uma primeira medida se impõe, precisar qual é o seu lugar na sociedade global: a “colônia”.

Se evocarmos, de uma maneira bem esquemática, os grupos em contato através da situação colonial, classificando-os a partir da sociedade colonial (grupo dominante) até a sociedade colonizada (grupo subjugado), podemos destacar: a) a sociedade colonial, excluindo os estrangeiros da raça branca; b) os “estrangeiros” da raça branca; c) os “coloured”, conservando-se a expressão inglesa que tem um sentido abrangente; d) a sociedade colonizada, todos aqueles que os anglo-saxões chamam de nativos. Distinção e hierarquia que, a princípio, repousam sobre critérios de raça e nacionalidade, implicando um tipo de postulado: a excelência da raça branca, e, mais precisamente, desta fração – que é a nação colonizadora (a supremacia é dada como fundamentada na história e na natureza).

Isto não é senão uma visão grosseira pedindo para ser completada. R. Delavignette dedicou um capítulo de sua obra ao estudo da sociedade colonial⁵¹. Ele lembra alguns traços gerais definindo-os como: sociedade de “origem e de ligações metropolitanas”, constituindo uma minoria numérica, de caráter burguês, inspirada pela “noção de superioridade heroica” (doutrina que se explica, em parte, pela grande quantidade de homens e de jovens dentre eles, nas colônias ditas de enquadramento ou no início da colonização). Sobretudo, trata-se de uma sociedade que tem por função dominar, politicamente, economicamente, espiritualmente; tende a dar a seus membros, segundo a fórmula de R. Delavignette, “o espírito feudal”. O fato importante é que esta sociedade dominante constitui uma minoria numérica em alto grau: o desequilíbrio é grande entre a massa de colonos e a massa de colonizados; e o temor habita, mais ou menos conscientemente, em ver a hierarquia se restabelecer em função deste único critério das massas – avivada nos momentos de crise, ela explica as reações aparentemente as mais inexplicáveis, como o mostraram os “acontecimentos” de Madagascar. E, L. Wirth exprime um julgamento bem simplista ao afirmar que, no caso

⁵¹ *Les Vrais Chefs de l'Empire*, nova edição intitulada: *Service Africain*, 1946, capítulo II, “La Société coloniale”.

das situações coloniais, “o grupo dominante pode manter sua posição superior fazendo simplesmente funcionar a máquina militar e administrativa”, tal é enorme a desproporção das civilizações⁵²! Ele subestima, assim, a quantidade de aspectos importantes; meios pelos quais este grupo se torna intocável, reduzindo o contato ao mínimo (segregação), dando-se como modelo tudo o que não está de acordo com meios de realizar este modelo (a assimilação apresentada como condição da igualdade, já que sabidamente impossível, ou porque é controlada severamente); ideologias que justificam a posição dominante; meios políticos destinados a manter o desequilíbrio em favor da sociedade colonial (e da metrópole); transferência, mais ou menos dirigida, sobre alguns grupos, de sentimentos provocados pela dominação político-econômica: assim, sobre os sírio-libaneses na África Ocidental Francesa (onde representam aproximadamente um quarto da população considerada, administrativamente, “europeia e assimilada”), sobre os indianos na União Sul Africana (no momento dos problemas de 1947, 1948 e 1949, em que os negros atacaram unicamente os asiáticos) e sobre os “coloured”, de uma maneira quase geral. Na exata medida em que a distância entre as civilizações tende a se reduzir, as relações de massas se intensificam, a força não é mais suficiente para manter a dominação e os meios mais indiretos são mais utilizados – o caráter de “mal-entendido” se afirma (o que chamou a atenção de H. Brunschwig no ponto de vista histórico, de O. Mannoni no ponto de vista psicanalítico). Estes recursos indiretos utilizam, com máxima frequência, segundo as conjunturas sociais particulares, as relações raciais ou religiosas de tipo conflituoso (assim, nas Índias, na época clássica da colonização britânica). Resta acrescentar que a sociedade colonial não é perfeitamente homogênea; ela tem suas “facções”, seus “clãs” (os “administrativos”, o “pessoal das empresas comerciais”, os “militares”, os “missionários”, segundo a terminologia empregada nos territórios franceses) que são mais ou menos fechados uns aos outros, mais ou menos rivais (as oposições Administração-Missões, Administração-Comércio são frequentes), que tem sua própria política indígena (a tal ponto que alguns antropólogos ingleses fizeram, de cada um deles, um “agente” provocando a *culture change*) e suscitam reações muito diversas. Por outro lado, a sociedade colonial é mais ou menos fechada, mais ou menos distante da sociedade colonizada; mas a política de dominação e de prestígio exige que seja fechada e distante: o que não facilita a compreensão e a apreciação mútua e permite (ou impõe) o fácil recurso aos “estereótipos”. Isolada na “colônia”, esta sociedade rompeu, em parte, seus laços metropolitanos. R. Delavignette bem notou este fato, escrevendo sobre os “colonos”: “europeus na colônia,

⁵² *Op. cit.*, p. 353.

eles são, na metrópole, colonos...”, “procuram concentrar suas forças em um particularismo invejoso”⁵³.

Particularismo que se exprime, a princípio, pela relação com os “estrangeiros” de raça branca. Estes constituem uma minoria no sentido pleno do termo, numericamente e sociologicamente; podem ter uma situação econômica importante, não são por isso menos submissos ao controle administrativo. São suspeitos exatamente em razão de sua nacionalidade: a desconfiança a respeito das missões religiosas estrangeiras, por exemplo, é frequente em um país colonial. Eles são frequentemente cortados da verdadeira sociedade colonial – na A. O. F., notadamente, os sírio-libaneses não são admitidos (salvo algumas raras exceções devidas a uma fortuna considerável) na “alta sociedade”. Na exata medida em que são rejeitados, eles se reagrupam em minorias étnicas, têm relações mais reais com os autóctones. Esta “familiaridade” maior, e a condição menor que é a deles, explicam as reações ambivalentes dos indígenas a seu respeito (uma certa intimidade com nuances de desprezo); estas que se criam com os sírio-libaneses, com os gregos, com os portugueses⁵⁴ no Oeste africano de dominação francesa. Os ressentimentos do colonizado podem se abater sobre eles com uma certa impunidade; permitem transferências a bons preços. No momento em que os problemas afetaram, depois de 1945, algumas cidades da A. O. F., a minoria sírio-libanesa foi, na verdade, apenas tocada. São um dos grupos mais ameaçados deste frágil edifício que é a colônia enquanto sociedade global.

Na escala do descrédito, que se filia aos grupos dominados, o dos “coloured” (mestiços e estrangeiros de cor) é o mais desfavorecido. Por uma razão essencialmente racial, é rejeitado pela sociedade colonial e pela sociedade colonizada; tem pouco contato com uma e com a outra. Está cada vez mais condenado ao isolamento (por medidas discriminatórias), reduzido ao papel de “comunidade exótica”, que toma uma importância cada vez mais evidente: assim, o problema indiano na África do Sul se explica, sobretudo, pelo fato de que alguns indianos “são ricos demais e invadem insidiosamente as posições ocupadas pelos brancos”⁵⁵; a imbricação dos fatos de ordem racial e dos fatos de ordem econômica se manifesta então plenamente. No caso dos mestiços, o isolamento é mais absoluto ainda; em razão de seu caráter de “compromisso racial”. Eles só chegam a se reagrupar, a constituir uma sociedade viável, em circunstâncias excepcionais; aquela dos “Bastardos de Rehoboth”, no antigo Sudoeste Africano alemão, é parti-

⁵³ *Op. cit.*, p. 41.

⁵⁴ Um provérbio significativo: “Deus criou o branco, depois o negro e, enfim, o português”. Ou ainda: “Há três espécies de homens: os brancos, os negros e os portugueses” (Provérbio do Congo Belga).

⁵⁵ Cf. A. SIEGFRIED, *Afrique du Sud*, Armand Colin, 1949, p. 75. Assim como em: *Handbook on race relations in South Africa*, Éditions E. Hellmann, 1949, e J. BORDE, *op. cit.*, pp. 339-40.

cularmente célebre – e impondo-se a esta um fechamento estrito. Eles são rejeitados, assim como A. Siegfried apontou a propósito dos “Cape coloured”, “para uma raça negra com a qual eles não querem se confundir”; visam ser assimilados pela sociedade colonizada que lhes fica fechada (mais ou menos, de acordo com as circunstâncias locais), ou lhes concede um estatuto pessoal⁵⁶, que dedica de uma maneira legal sua posição particular. Compromisso racial, eles não constituem de modo algum um “compromisso social”. Dificilmente, pode-se ver neles um instrumento de ligação entre sociedade colonizada e sociedade colonial. Sua aliança política com a elite da sociedade colonizada nunca foi durável: assim, a *Conferência dos Não-Europeus*, criada em 1927, na África do Sul, que tentou unir em vista de uma ação comum, mestiços, indígenas e bantos, não teve nenhuma ação eficaz – e teve curta duração. Os “coloured” ficam mais em conflito – em razão de uma melhor condição econômica e política, em razão do fator racial – do que em acordo com a sociedade colonizada; eles não podem aparecer como líderes diante desta última.

A princípio, a sociedade colonizada chama a atenção por dois fatos: sua superioridade numérica esmagadora⁵⁷ e a dominação radical que ela sofre; maioria numérica, não deixa de ser uma minoria sociológica. De acordo com a expressão de R. Maunier, “a colonização é um fato de poder”, ela conduz à perda da autonomia, uma “tutela de direito ou de fato”⁵⁸. Cada um dos setores da sociedade colonial tem por função assegurar esta dominação em um domínio preciso (político, econômico e, quase sempre, espiritual). Esta dominação da sociedade colonizada é absoluta em razão da ausência de técnica avançada, de poder material outro que não aquele da superioridade numérica. Ela se exprime por um estado de fato (práticas não codificadas, mas que conduzem a uma viva reprovação se não respeitadas) e por um estado de direito. Repousa, já o assinalamos diversas vezes, sobre uma ideologia, um sistema de pseudojustificativas, de racionalizações; tem um fundamento racista mais ou menos confesso, mais ou menos manifesto. A sociedade colonizada sofre a pressão de todos os grupos que constituem a colônia, todos têm sobre ela preeminência em alguma medida, e sente cada vez melhor sua condição de subordinação. Para estes, ela é essencialmente um instrumento criador de riqueza (enquanto retém apenas uma parte muito frágil dos rendimentos, apesar de sua quantidade numérica); isto condiciona,

⁵⁶ Como isto foi tentando, antes de 1939, nos territórios de dominação francesa: na A. O. F. (1930), em Madagascar (1934), na A. E. F. (1936) e na Indochina (1938).

⁵⁷ Para a África Negra somente R. Delavignette dava, em 1939, as proporções seguintes quanto à população dita europeia: União Sul-Africana (250 %), antigo Sudoeste Africano alemão (100 %), Rodésia (45 %), Angola (10 %), Quênia (5 %), Congo Belga (2 %), A. O. F. e A. E. F. (1 %); *op. cit.*, p. 36. No que diz respeito a estes últimos territórios, desde 1945, a contribuição europeia foi importante.

⁵⁸ Cf. R. MAUNIER, *Sociologie Coloniale*, pp. 19, 30 e 33.

em parte, as relações que mantém com os outros grupos (que tiram dela seus privilégios econômicos). Estas não são, no entanto, simples – relações de explorador a explorado, de dominante a dominado – em razão da falta de unidade da sociedade colonizada e, sobretudo, do caráter radicalmente heterogêneo da cultura (ou, melhor, *das* culturas) que ela anima.

A sociedade colonizada está dividida etnicamente; divisões fundamentadas na história indígena, mas utilizadas pelo poderio colonial – lembremos qual é o uso do velho princípio: dividir para conquistar – e complicadas pela arbitrariedade das “divisões” coloniais e dos “cortes” administrativos; orientam não apenas as relações de cada uma das etnias com a sociedade colonial (assim, os povos que serviram de “intermediários”, na época do tráfico africano e dos depósitos comerciais, tentaram deslocar seu papel do plano econômico ao plano político e aparecem como minorias “militantes”), mas também sua atitude em relação à cultura apresentada por esta última (alguns grupos étnicos são mais “assimilacionistas” ou mais “tradicionalistas” do que alguns grupos vizinhos, em reação, ao menos em parte, contra a atitude adotada por estes). A sociedade colonizada é dividida espiritualmente. Divisões que podem ser anteriores à colonização europeia, ligadas, notadamente, às pressões conquistadoras do Islã; mas sabe-se o uso que as nações coloniais puderam fazer disso – os jogos da dominação inglesa às Índias são bem conhecidos. A colonização trouxe, para vários lugares, a confusão religiosa, opondo o cristianismo às religiões tradicionais, os cristãos de diferentes igrejas entre eles. E citamos, a esse respeito, um africano de Brazzaville que evocava este “estado de coisas que só tem como efeito a criação de uma lamentável confusão no desenvolvimento moral”, e que acrescentava: “o negro da África, qualquer que seja, tem um rudimento de religião; levá-lo para o ateísmo ou para a confusão de doutrinas religiosas importadas é, com toda a certeza, desorientá-lo⁵⁹. O autor ia até pedir ao “colonizador” para impor a unidade! Isto é dizer quantas destas novas divisões, acrescentadas às antigas, são dolorosamente sobrepujadas por alguns. Mas, a colonização trouxe outras dessas divisões, que se poderia qualificar como sociais, nascidas da ação administrativa e econômica, da ação educativa: separação entre urbanos e rurais⁶⁰, entre proletariado e burguês, entre “elites” (ou “evoluídos” segundo a linguagem habitual) e massas⁶¹, entre gerações – temos evocado isso, e temos sugerido sua importância, em diversos momentos de nossa análise. Cada uma destas fra-

⁵⁹ J.-R. AYOUNÉ, “Occidentalisme et Africanisme”, in *Renaissances*, número especial, outubro de 1944, p. 204.

⁶⁰ Evocamos Brazzaville, onde a população africana passa de 3.800 habitantes em 1912 para 75.000 habitantes por volta de 1950; ou seja, mais de um décimo da população do Médio Congo.

⁶¹ Cf. Dr. L. AUJOLAT, “Élites et masses en pays d’Outre-Mer”, in *Peuples d’Outre-Mer et Civilisation Occidentale*, op. cit., pp. 233-72.

ções participa de maneira diferente da sociedade global. O contato de raças e de civilizações que impõe, ainda, a colonização não tem nem a mesma significação nem as mesmas consequências para cada uma delas – e deve ser estudado em função desta diversidade (que ele criou, em parte, mas que o condiciona agora, em parte).

A sociedade colonizada difere da sociedade colonial pela raça e pela civilização. A respeito disso, a alteridade parece absoluta, esta que se manifesta na língua opondo o “primitivo” e o civilizado, o pagão e o cristão, as civilizações técnicas e as civilizações atrasadas. Mais do que a situação colonial, é este fato evidente: a relação entre civilizações heterogêneas, que chamou a atenção dos antropólogos ao longo das últimas décadas, e, sobretudo, o choque que ela produziu, o *clash of cultures* observado pelos autores ingleses. Mostramos em outro lugar como, a partir desta observação, novos estudos ditos de *aculturação*, nos Estados Unidos, de *culture contact*, desenvolveram-se na Inglaterra, com a ambição de atingir, assim, os aspectos mais dinâmicos das culturas apresentadas, de descobrir, talvez, os traços característicos de toda realidade cultural. As etapas do “contato” foram definidas, de uma maneira mais ou menos simplista e arbitrária; fases de conflito, de ajuste, de sincretismo, de assimilação (ou de contra-aculturação, em reação) observadas pelos antropólogos norte-americanos; fases de oposição, de imitação (de “cima para baixo” e “de baixo para cima”) e de agregação analisadas por R. Maunier em sua *Sociologia Colonial*. Aparição de uma nova cultura (“the *tertium quid* of contact”) diferente daquelas apresentadas, segundo B. Malinowski, etc. Não retomaremos aqui as críticas destes trabalhos e destas doutrinas. Evocamos esses trabalhos para manifestar, por um lado, que não se pode encarar as relações entre sociedade colonial e sociedade colonizada apenas sob os aspectos econômicos e políticos frequentemente privilegiados pelos autores “engajados”. Para recordar, por outro lado, que o contato das civilizações se produz por ocasião de uma situação particular, a situação colonial, que se transforma historicamente; que o contato se faz por meio dos grupos sociais – e não entre culturas que existem supostamente sob a forma de realidades independentes, cujas reações são condicionadas de uma maneira interna (segundo o tipo de grupo) e de uma maneira externa – a este respeito, uma tipologia precisa dos grupos que compõem esta sociedade global, a colônia, está na base de toda investigação precisa e largamente compreensiva. Temos frequentemente insistido nesta necessidade mostrando quanto o sociólogo se obrigava a encarar a sociedade colonial e a sociedade colonizada em perspectivas recíprocas. Do mesmo modo que havíamos sugerido, em um trabalho precedente, a evolução particular que impõe a situação colonial aos fatos socioculturais, mostrando, notadamente, como as “crises” criadas pela colonização orientam, em parte, esta evolução.

A maior parte dos trabalhos dedicados às sociedades colonizadas atuais insistem no estado de crise que as afeta, “nos problemas árduos e complexos” que colocam. Em um grau mais ou menos importante, são consideradas como sociedades doentes⁶². O que é verdade na medida exata em que a sociedade colonial se opõe às verdadeiras soluções, pois parece bem que, no caso da sociedade colonizada, a busca por suas normas coincide com a busca por sua autonomia. O que impõe ao sociólogo um método de análise em alguma medida clínico. E temos mostrado, na análise anteriormente lembrada, quanto a aproximação das sociedades colonizadas através de suas crises específicas constitui “uma posição privilegiada para o estudo”, “o único lugar onde se pode considerar a evolução das estruturas sociais indígenas em situação colonial⁶³”. Tais crises questionam a quase totalidade da sociedade, as instituições como os grupos e os símbolos. Os desajustamentos constituem tantas passagens que permitem à análise penetrar e não somente considerar os fenômenos de contato entre sociedade colonizada e sociedade colonial, mas também de melhor compreender a primeira em suas formas tradicionais manifestando certos sistemas, certas fraquezas (como o mostramos a propósito do povo fang do Gabão, povo no qual a situação colonial favoreceu as rupturas implicadas pela antiga estrutura social) ou certas estruturas ou representações coletivas irredutíveis (assim, o estudo da crise religiosa e das “igrejas negras” características da África banta mostraria o que subsiste, independentemente das pressões exercidas, das religiões tradicionais – a parte intratável). Tais crises, que afetam a sociedade global em seu conjunto, constituem tantos pontos de vista sobre esta última e sobre as relações que ela implica⁶⁴, o que permite aquela aproximação concreta e completa já recomendada por Marcel Mauss. E, para completar um exemplo que acaba de ser dado, evocaremos uma tese recente dedicada às “igrejas negras” e ao profetismo banto (na África do Sul), em que o autor, B. G. M. Stukler, mostra que os problemas expostos não são somente de ordem religiosa, mas questionam a totalidade das reações bantas à dominação dos brancos, que o estudo destas “igrejas” conduz ao estudo de todos os problemas sociais característicos da União Sul-Africana⁶⁵. Estas crises se caracterizam, à primeira vista, pela alteração radical

⁶² Cf. L. ACHILLE, “Rapports humains en Pays d’Outre-Mer”, in *Peuples d’Outre-Mer et Civilisation Occidentale*, op. cit.

⁶³ G. BALANDIER, “Aspects de l’Évolution sociale chez les Fang du Gabon. I. Les implications de la situation coloniale”, op. cit.

⁶⁴ Monica Hunter tinha chegado bem perto desta constatação. Ela escreveu: “O estudo do ‘culture contact’ mostra claramente que a sociedade é uma, e que quando um único aspecto é modificado, o conjunto é afetado”, *Reaction to Coquest*, p. 552. Ela se contentou com essa nota, sem procurar aprofundar e sem extrair dela as consequências de ordem metodológica.

⁶⁵ B. G. M. STUKLER, *Bantu Prophets in South Africa*, Londres, 1948.

ou pelo desaparecimento de certas instituições, de certos grupos. Mas a análise sociológica não saberia se ater a apenas estes aspectos do social – a parte instituída ou estruturada – e constatar as transformações e os desaparecimentos, observar e descrever as novas criações. É indispensável ir além e atingir, segundo a expressão de G. Gurvitch, as *formas de sociabilidade*⁶⁶. Pois parece que certas “maneiras de relacionar”, certas ligações sociais subsistem, enquanto as estruturas no seio das quais atuavam são alteradas ou destruídas, novas aparecem em função da situação colonial, das conjunturas sociais criadas por esta. Elas podem coexistir e dar às inovações concebidas pela sociedade colonizada estas características, ao mesmo tempo, tradicionalistas e modernistas, ambiguidade notada por alguns observadores.

Frequentemente, fizemos alusão à importância das relações raciais, ao fundamento racial dos grupos, à coloração racial tomada pelos fatos econômicos e políticos (a literatura corrente confunde ou associa racismo e colonialismo) no âmbito da situação colonial. E diversos autores insistem no caráter inter-racial das “relações humanas nos países do ultramar”, no fato de que abaixo das “causas políticas ou econômicas que opõem ainda hoje a raça branca e os homens de cor, existe quase sempre um motivo racial”, no fato de que a sociedade permanece “inter-racial” até mesmo quando a independência nacional é conquistada⁶⁷. Indicamos várias vezes que os antropólogos coloniais estavam pouco ligados a estes fatos e a problemas raciais e lembramos o pequeno lugar dado a estes em seus programas de pesquisa, o que se explica pela atenção concedida às culturas mais do que às sociedades, também, pela preocupação (mais ou menos consciente) de não questionar os próprios fundamentos (e a ideologia) da sociedade colonial da qual participam^{67 Bis}. Ao contrário, os trabalhos realizados nos Estados Unidos (e no Brasil) são largamente dedicados às relações e preconceitos raciais, às relações entre negros e brancos, notadamente. Estes fatos não podem ser evitados, posto que as diferenças radicais de civilização, de língua, de religião, de costumes, que atuam no âmbito da situação colonial, são, aqui, atenuados e não servem nem para mascará-los, nem para complicá-los, pois o estado de subordinação e o preconceito racial não podem aparecer nele? Fundidos na natureza, na medida exata em que a alteridade cultural se apaga e em que a identidade dos direitos se afirma (o que explica, entre outras coisas, que a sociedade americana aparenta ser “confusa, contraditória e paradoxal”, segundo a expressão de Gunnar Myrdal⁶⁸...), porque estes fatos

⁶⁶ Cf. *La Vocation Actuelle de la Sociologie*, sobretudo, pp. 99-108. A definição e as distinções essenciais estão nelas presentes. Os capítulos III e IV são dedicados à Microsociologia cujo verdadeiro fundador é Georges Gurvitch.

⁶⁷ Cf. L. ACHILLE, *op. cit.*, pp. 211-15.

^{67 Bis} Uma análise crítica extremamente restrita feita por M. Leiris, na conferência intitulada “O Etnógrafo diante do colonialismo”, em 1950, e publicada em *Temps Modernes*.

⁶⁸ Gunnar MYRDAL, *An American Dilemma*, New York, 1944.

representam aquilo que resta para liquidar do passado colonial – e é precisamente no momento da liquidação que deram lugar a conflitos violentos (nos Estados Unidos, durante o período conhecido como “Reconstrução”). Tais trabalhos insistem às vezes em implicações econômicas, às vezes em implicações sexuais de diversos comportamentos raciais; mostram, como o evidencia R. Bastide⁶⁹, a ligação entre as reações de ordem racial e as de ordem cultural: voltamo-nos, notadamente, para sua análise do messianismo negro nos Estados Unidos que indica o quanto este está ligado aos conflitos raciais e a uma “psicologia do ressentimento”; esses últimos revelam uma diversidade de comportamentos que corresponde à diversidade das situações. Aventuramo-nos por esta lembrança rápida porque ela mostra as ligações que não se podem negar, a impossibilidade de separar o estudo dos contatos culturais daquele dos contatos raciais e de encará-los, no caso das sociedades colonizadas, sem se referir às situações coloniais.

Acabamos de considerar alguns fatos que os autores anglo-saxões reúnem sob as rubricas de “choque de civilizações” ou “choque de raças”, mas mostramos que, no caso dos povos colonizados, estes “choques” (ou “contatos”) produzem-se em condições muito particulares. A este conjunto de condições, demos o nome de *situação colonial*. Pode-se definir esta última, retendo as mais gerais e as mais evidentes destas condições: a dominação imposta por uma minoria estrangeira, racialmente (ou etnicamente) e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (ou étnica) e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior. Esta dominação conduz à relação de civilizações radicalmente heterogêneas: uma civilização mecanizada, com uma economia poderosa, um ritmo rápido e de origem cristã que se impõe a civilizações não mecanizadas, de economia “atrasada”, em ritmo lento e radicalmente “não cristãs”. O caráter fundamentalmente antagonista das relações que existem entre estas duas sociedades se explica pelo papel de instrumento ao qual é condenada a sociedade colonizada; a necessidade, para manter a dominação, de recorrer não somente à “força”, mas também a um sistema de pseudo-justificativas e de comportamentos estereotipados, etc. – mas apenas esta enumeração seria insuficiente. Preferimos, aproveitando o olhar particular de cada um dos especialistas, considerar a situação colonial em seu conjunto e enquanto sistema; evocamos os elementos em função dos quais toda situação concreta pode ser descrita e compreendida, mostramos como estão ligados entre si e que assim toda análise parcial é ao mesmo tempo

⁶⁹ Cf. notadamente, R. BASTIDE, *Sociologie et Psychanalyse*, cap. XI : “Le Heurt des Races, des Civilisations et la Psychanalyse”, Paris, P.U.F., 1950.

unilateral. Esta *totalidade* questiona os “grupos” que compõem a “sociedade global” (a colônia), assim como as representações coletivas próprias de cada um destes; apreende-se em todos os níveis da realidade social. Mas, mesmo em razão do caráter heterogêneo dos grupos, dos “modelos” culturais, das representações relacionadas, das transformações do sistema encarregado de manter artificialmente as relações de dominação e de submissão, a situação colonial se modifica profundamente e em um ritmo rápido. Isto impõe, portanto, que se a considere historicamente.

A sociedade colonizada à qual se prende o antropólogo (nomeando-a “primitiva”, ou “atrasada”, etc.) participa, em um grau mais ou menos importante (segundo seu volume, seu potencial econômico, seu conservadorismo cultural, etc.), à situação colonial. Ela é um dos grupos que constituem a “colônia”. E não se concebe que um estudo *atual* desta sociedade possa se fazer sem levar em conta esta dupla realidade, a “colônia”, sociedade global no seio da qual se inscreve, e a situação colonial criada por esta; sobretudo, quando se dá por objeto confesso os fatos que resultam do “contato”, os fenômenos ou processos de evolução. Quando, procedendo de maneira unilateral, ele os revela em relação ao único fundo tradicional (ou “primitivo”), ele praticamente só pode enumerá-los e classificá-los, assim como quando se limita ao estudo do “contato” entre “instituições” de mesma natureza (como o recomenda B. Malinowski). Na verdade, os aspectos “modernistas” (uma vez observados) só se tornam compreensíveis pela relação com a situação colonial; e é devido a este reconhecimento que se movimentam alguns antropólogos ingleses (Fortes, Gluckman) considerando que, no caso da África negra colonizada, sociedade negra e sociedade branca participam integralmente de um mesmo conjunto, abordando a noção de “situação”⁷⁰. Do mesmo modo, R. Bastide evocou a importância da “situação na qual o processo se faz” a propósito de seus estudos dedicados à interpretação das civilizações. Queríamos ultrapassar o âmbito destas simples indicações, mostrando como uma situação colonial pode ser “abordada”, e o que ela implica; manifestar que todo problema atual de sociologia dos povos colonizados não pode ser encarado senão em relação a esta totalidade. A noção de “situação” não é somente a única filosofia existencial; ela se impôs para diversos especialistas das ciências sociais, que a utilizam sob o nome de “situação social”, como faz H. Wallon, ou sob o nome de “conjuntura social particular”, como faz G. Gurvitch – a noção de “fenômeno social total” elaborada por Mauss já preparava tais exigências⁷¹.

⁷⁰ Cf. M. FORTES, “Analysis of a Social Situation in Modern Zululand”, in *Bantu Studies*, vol. XIV, 1940. Também a controvérsia de Malinowski, sobre este assunto, em *The Dynamics of Culture Change*, p. 14 e seguintes.

⁷¹ G. Gurvitch associa, por outro lado, os três termos no “Prefácio”, que escreveu para a seção “Psicologia Coletiva”, de *L'Année Sociologique*, 3ª série, 1948-1949. Do mesmo modo, um psiquiatra como Karen Horney insiste no fato de que todas as nevroses, individuais ou coletivas, explicam-se por um processo que coloca em risco todos

É bastante significativo que muitos dos antropólogos que operam no seio das sociedades colonizadas, e que se prendem aos aspectos e problemas atuais destes, tenham evitado (inconscientemente, na maioria das vezes) evocar a situação concreta particular destas sociedades. Por temor (mais ou menos consciente) de ter de levar em conta um “sistema” e uma sociedade precisos: a sociedade colonial na qual participam. Eles relatam sistemas menos comprometidos, a “civilização ocidental” e as “civilizações primitivas, ou estão limitados aos problemas restritos pelos quais sugeriram soluções a efeitos restritos; e é por sua recusa de se submeter a esta última atitude, que creem inevitável e útil à única sociedade colonial, que alguns antropólogos não aceitem dar em suas disciplinas o caráter de ciência “aplicada”⁷². Há aí um fato que entra no âmbito da crítica da observação em matéria de ciências humanas, e que sugere o importante trabalho crítico do qual deve se entregar, antecipadamente, o observador das sociedades colonizadas.

Tivemos, frequentemente, a ocasião de evocar o caráter em alguma medida patológico das sociedades colonizadas, as *crises* que marcam as etapas do processo dito “de evolução” – crises que não correspondem à fases necessárias do processo, que têm, no entanto, caracteres específicos em função do tipo de sociedade colonizada e da natureza da situação colonial (os negros islamizados não reagem como os negros “animistas” ou pseudocristãos, as sociedades africanas do mesmo tipo não reagem à “presença francesa” como à “presença britânica”, etc.). Questionando a sociedade subjugada à colonização no que ela tem de característico, a situação colonial no que tem de particular, estas “crises” permitem, ao sociólogo, a realização de uma análise compreensiva, posto que constituam os únicos pontos de onde se pode considerar, de uma maneira global, as transformações daquelas sob a ação desta. Elas fazem ascender a “conjuntos” e a ligações essenciais, permitem evitar os recortes (mudanças na vida econômica, na vida política, etc.) parciais e artificiais que só podem culminar em uma descrição e em uma classificação escolástica. Já indicamos que estas “crises” constituem tantas saídas que dão vista não somente aos fenômenos de contato, mas também à sociedade colonizada em suas formas tradicionais. Seria necessário acrescentar que permitem, assim, fazer uma análise que leve em conta, por sua vez, o “meio externo” e o “meio interno” e que levem estes em conta em função das relações reais que conduzem, em função “dos estados vividos”. Poderiam nos repreender de termos recorrido, de uma maneira mais ou menos explícita, à perigosa noção de patologia

os fatores pessoais e socioculturais; cf. Dra. Karen HORNEY, *The Neurotic Personality of our time*, Nova York, 1937.

⁷² Cf. F. M. KEESING, “Applied anthropology in colonial administration”, in *op. cit.*, R. Linton, ed.

e nos perguntar quais são os critérios das crises características das sociedades colonizadas. Voltamo-nos, então, a todas as passagens deste estudo em que são evocados os aspectos conflituosos das relações entre sociedade colonizada e sociedade colonial, cultura autóctone e cultura importada – ligados às relações de dominação e de submissão, aos caracteres heterogêneos das sociedades e culturas em contato – em que é sugerida a maneira cujos conflitos são sentidos pelos indivíduos. A história das sociedades colonizadas nos revela os períodos durante os quais os conflitos estão latentes, um equilíbrio ou uma adaptação provisória sendo executados, períodos durante os quais os conflitos se tornam evidentes se exprimindo segundo as circunstâncias neste ou naquele nível (religioso, político, econômico), mas questionando o conjunto de relações existentes entre sociedades colonial e colonizada, entre as culturas animadas por cada uma delas (como temos recordado a propósito das igrejas negras da África bantu), momentos nos quais o antagonismo e a distância existentes entre eles são máximos, que são vividos pelo “colono” como uma retomada da discussão da ordem estabelecida, pelo “colonizado”, como um ensaio de reconquista da autonomia. A cada um destes momentos, que podem se localizar ao longo da história da sociedade colonizada, apresenta-se um estado de crise característica; é assim, então, que a encaramos em função da situação colonial concreta.

Paris.